



ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS: CAMINHOS PARA AVALIAR

Deise Gusmão Gomes¹

Marcia Lorena Saurin Martinez²

Ivane Almeida Duvoisin³

Resumo: O presente artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica a respeito dos tipos de avaliações aplicadas ao ensino de Ciências, e das suas interligações com as diferentes estratégias de ensino existentes na atualidade. Tal investigação foi realizada pela primeira autora deste com a finalidade de obtenção do grau de licenciada em Ciências pela Universidade do Rio Grande – FURG. O presente artigo tem como objetivo de investigar como as concepções sobre o ensino e a prática pedagógica se relacionam com o modelo de avaliação adotado, nesta pesquisa bibliográfica, apresento o ponto de vista de alguns autores que considero importantes devido a clareza e importância com que demonstram o tema avaliação cotidianamente, tendo em vista que é um tema pouco discutido, acredito que ao trazer esse tema, podemos criar possibilidade de uma avaliação mais coerente, processual, mais prudente e que está seja de forma significativa para os envolvidos. A discussão traz possibilidades de avaliar o aluno e mostrar a importância da avaliação contínua e processual, se desvencilhando de amarrar que o sistema educacional impõe aos educadores.

Palavras-chave: Avaliação, Concepções sobre avaliação, Metodologias de Ensino.

Introdução

A avaliação torna-se polêmica ao longo do processo de ensinar e aprender, visto que, muitas vezes gera uma preocupação por parte de professores, alunos e gestores da escola. Segundo Haydt (2000), essa inquietação por parte dos professores, acontece, principalmente por que embora a avaliação devesse servir para auxiliar os alunos a avançar em sua aprendizagem ela é vista, na maioria das vezes, como uma questão burocrática.

Para os alunos, a avaliação é encarada como um simples ato de realizar uma prova, tirar nota e passar de ano. Embora, “[...] faça parte de o trabalho docente verificar e

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. deisegusmao@yahoo.com.br.

²Doutoranda em Educação - PPGE - Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. Mestrado em Educação em Ciências (PPGEC - FURG). Especialização para Professores de Matemática (Pós-Mat - FURG). Graduação em Matemática Licenciatura - Universidade Federal do Rio Grande - FURG. marcialorenasaurin@hotmail.com.

³Doutora em Educação em Ciências pelo programa de pós-graduação em Educação em Ciências – FURG. Mestrado em Educação Ambiental – FURG. Graduação em Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Joinville. ivane.duvoisin@gmail.com.

julgar o rendimento dos alunos, avaliando os resultados do ensino” (HAYDT, 2000, p. 07), vê-se que, ambos descaracterizam a avaliação no seu significado mais básico, o de processo de construção de conhecimento.

Atualmente as escolas muito pouco têm evoluído em termos de avaliação, embora o novo cenário educativo indique para novas perspectivas sobre o avaliar. O sistema educacional está sendo repensado e isso leva os professores a terem de pensar em novas formas de avaliação, sendo mais que necessário criar novas estratégias para averiguar a aprendizagem dos estudantes e, para além do conteúdo que instigue no aluno o seu senso crítico.

Nesse sentido, enquanto acadêmica percebi a existência de múltiplas formas de avaliação durante o curso de Licenciatura de Ciências, ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e também percebi que o curso de Ciências poderia ter aprofundado mais sobre o tema avaliação, pois para a sua primeira turma, acredito que deixou de fornecer atividades, autores e caminhos para uma formação ampla e mais aberta no sentido de futuros professores, capazes de avaliar de forma mais qualificada, adequada e prudente. Senti a falta de aprofundamento sobre qual a melhor maneira de avaliar um aluno, o caminho mais adequado, de acordo com a proposta interdisciplinar na qual se caracteriza o curso de Licenciatura em Ciências, visto que, enquanto acadêmica, me constituo uma professora de Ciências dos anos finais do ensino fundamental, formada no viés interdisciplinar.

Tal fato despertou meu interesse pelo tema avaliação no sentido de refletir sobre suas dificuldades e, além disso, descobrir suas conexões com as estratégias metodológicas para compreender o significado da avaliação no processo do ensinar e aprender em sala de aula.

A avaliação é fundamental desde o início da trajetória escolar, no entanto é uma questão muito pouco discutida. É relevante sua abordagem no presente estudo, pois trata-se de um instrumento para subsidiar tanto o estudante no seu desenvolvimento cognitivo, quanto ao professor no redimensionamento de sua prática pedagógica. Segundo Luckesi (2002, p. 175), “[...] a avaliação da aprendizagem escolar auxilia o educador e o educando na sua viagem comum de crescimento [...].”

Pensando nessa perspectiva apontada pelo autor, ao longo da pesquisa, são discutidos além das concepções sobre a avaliação, algumas estratégias metodológicas, como por exemplo, sobre os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que estão presentes nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer,

aprender a viver juntos e aprender a ser. Sendo assim, a intenção do presente artigo é **investigar como as concepções sobre o ensino e a prática pedagógica se relacionam com o modelo de avaliação adotado.**

Antes de se pensar em como avaliar é preciso se questionar para que avaliar, ou seja, qual o objetivo da avaliação? Existe alguma relação entre o modelo pedagógico adotado pelo professor e a sua forma de avaliar? Que relações são essas?

Com intuito de compreender alguns dos questionamentos apontados anteriormente, decidi investigar as diferentes perspectivas de avaliação, as metodologias existentes e os modelos de ensino apresentados pelos autores investigados, a fim de compreender as relações entre as concepções de ensino e os modelos avaliativos.

Para o desenvolvimento desse estudo, lança-se mão da pesquisa qualitativa, uma vez que se propõe ao levantamento de estudos, a respeito da prática avaliativa, realizados por diferentes autores e por documentos oficiais, tais como, Lei de Diretrizes e Base (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Ciências, e em fichamentos que serão construídos a partir de leituras dos seguintes autores: Jussara Hoffmann (1993), Cipriano Luckesi (1992), José Carlos Libâneo (1994) e Maria Celina Melchior (1994).

Classificado como bibliográfico, o presente estudo possui fins descritivos, pois os instrumentos utilizados para coleta de dados e posterior análise se restringem aos fichamentos de livros e artigos sobre avaliação. O referido estudo iniciou-se em agosto de 2016, no sétimo semestre do curso de Licenciatura em Ciências da FURG, com a previsão de término em julho de 2017.

A partir dos estudos e fichamentos dos diversos materiais, foi estruturado o presente artigo em sessões. Na primeira sessão trazemos as diversas concepções relacionadas à avaliação da aprendizagem; na segunda sessão vamos tratar da avaliação como promotora da aprendizagem no sentido de que esta deve ser em sentido mais amplo que se estenda além de provas, que sejam ações integrantes cotidianamente, que o aluno tenha ação direta no ato avaliativo, neste sentido a avaliação deve reorientar as ações pedagógicas e se sobrepor de forma qualitativa.

1. Concepções sobre avaliação

Para que possamos pensar a avaliação no âmbito escolar, devemos primeiramente saber o que significa avaliação. Para Jussara Hoffmann (1993, p.34), a avaliação sempre

existiu de diferentes maneiras não há como viver sem ser avaliado ou sem avaliar alguém. O tipo de avaliação que comumente ocorre nas escolas é de cunho quantitativo havendo algumas iniciativas isoladas da avaliação qualitativa e, ou processual.

A seguir serão apresentadas as diferentes concepções sobre avaliação balizado pelos principais autores citados nessa pesquisa.

2.1. Avaliação Quantitativa

Nesta concepção de avaliação herdamos muitas características dos pensamentos behaviorismo radical, defendido por Skinner (2009), onde desenvolveu o conceito de Comportamento Operante, que consiste num comportamento “voluntário”, no qual as consequências determinam a sua probabilidade de ocorrência. É um processo onde se condiciona uma resposta de um indivíduo, ora para evoluir a probabilidade de sucesso ou assolar, no primeiro caso são atribuídos reforços toda vez que o indivíduo fornece respostas desejadas, um reforço positivo para estimular esse comportamento, no entanto o reforço também pode ser apresentado negativamente, como no segundo caso, quando se retira algo deste indivíduo, quando não fornece a resposta deseja.

A avaliação quantitativa é uma constatação estritamente numérica; muitas provas são realizadas, e muitas vezes medem somente os acertos e os erros, e enfatiza a aprendizagem por memorização mecânica e momentânea de conceitos memorizados e reproduzidos em provas. Apesar dos avanços na educação, a avaliação quantitativa ainda persiste, podemos afirmar que a postura da grande maioria dos professores ainda é de resistência, o que impede uma comunicação efetiva com seus alunos.

Hoffmann (1993) afirma que em se tratando de Qualidade de ensino, numa concepção quantitativa

poderá ser interpretada diferentemente: na concepção de avaliação classificatória, a qualidade se refere a padrões pré-estabelecidos, em bases comparativas: critérios de promoção (elitista, discriminatórios), gabaritos de respostas às tarefas, padrões de comportamento ideal. Uma qualidade que se confunde com a quantidade, pelo sistema de médias, estatísticas, índices numéricos dessa qualidade (HOFFMANN, 1993, p. 32).

Pode-se afirmar sem medo de errar que numa avaliação quantitativa em que se valoriza somente os acertos, ela somente mede, quantifica; ela não atinge o ideal de uma avaliação que é o de verificar as falhas que ocorrem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, para neles intervir, e indicar os caminhos para que o docente e o aluno avancem durante o processo.

Muitas vezes a avaliação quantitativa ocorre por exigência das equipes diretivas que desejam cumprir todo o conteúdo programado em um tempo hábil, isso faz com que o docente sinta-se limitado em sua autonomia ao desenvolver sua ação pedagógica numa perspectiva de uma avaliação qualitativa; embora a LDB (artigo 24A 9394/96, 1996, ns) sinalize para uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período”.

A avaliação quantitativa ou tradicional ou classificatória trata a avaliação como se fosse um ponto final, assim o professorado muitas vezes anula toda sua ação pedagógica perdendo-se a continuidade desta o que impossibilita ao aluno o progresso natural do conhecimento.

Hoffmann, denuncia “em relação a pratica tradicional é sério o prejuízo que tais procedimentos classificatórios trazem ao desenvolvimento sócio afetivo dos alunos” (HOFFMANN, 1993, p.111). Os avanços a que vem tendo a educação no mundo e no país negam este tipo de avaliação que trabalha no sentido de eliminar os que têm dificuldades ou não se identificam com determinadas áreas do conhecimento.

Confirmando o que Luckesi (1999) aponta sobre o processo de avaliação que é praticado nas instituições de ensino, como sendo a avaliação “da culpa”. Nesse tipo de avaliação se expõe os conceitos ou as notas para sedimentar a necessidade de classificar os educandos; nela ocorre a comparação entre educandos e não se abre espaço para as discussões. Sente-se que quando deveríamos formar para a autonomia, simplesmente classificamos nossos discentes sem oferecer a eles os caminhos para desenvolver suas dificuldades.

Nesse sentido, Hoffmann (1993, p. 95), resume o que caracteriza a “avaliação classificatória: Corrigir tarefas e provas do aluno para verificar respostas certas ou erradas e, com base nessa verificação periódica, tomar decisões quanto ao seu aproveitamento escolar, sua aprovação ou reprovação em cada série ou grau de ensino (prática avaliativa tradicional) ”. Então apenas se avalia o trabalho do professor, quanto à reprodução do conteúdo e não para promover o aprendizado e a autonomia do aluno, fazendo com que ele apenas repita tudo o que foi passado pelo professor.

2.2. Avaliação Qualitativa

Na avaliação qualitativa percebe-se a constatação de entendimento ao longo do processo de ensino aprendizagem, considera-se a observação à interpretação própria,

normalmente ocorre com a somatória dos conhecimentos e a qualidade dos entendimentos, é valorizado o fazer do aluno. A avaliação qualitativa pode facilitar quando os educandos produzem o que foi entendido, em vez de dar uma resposta pronta em um teste e ou uma prova. (HOFFMANN, 1993, p.112) destaca ainda que, “numa perspectiva mediadora da avaliação, em situações não declaradas de “provas”, os alunos demonstram melhor desempenho do que em “provas marcadas”, e isso proporciona aos envolvidos melhor compreensão para contemplar a avaliação escolar de forma mais eficaz.

A avaliação qualitativa exige mais do professor e do aluno, exige um comprometimento, ao longo do processo de ensino aprendizagem, tem como objetivo avaliar o nível de conhecimento de cada aluno, o desempenho individual e no geral. Proporciona meios para novos planejamentos e abordagens variadas, fornece múltiplas escolhas dentro de um tópico, exige um envolvimento dos professores e alunos, neste caso é necessário o acompanhamento do nível de conhecimento adquirido no decorrer do tempo, considerando que cada estudante possui um ritmo de aprendizado, próprio.

No entanto é nesse momento que o aluno tem sua oportunidade garantida de expor ideias e realmente tornar-se sujeito do seu conhecimento, mostrando ao mestre o quanto ele pode ser melhor ainda, apresentando suas próprias conclusões.

Melchior (1994), destaca que é mais eficaz uma avaliação qualitativa, visto que, “só é possível se for realizada como elemento integrante do processo de construção do conhecimento, comprometida com projeto pedagógico e com características que conduzam a uma avaliação eficaz” (MELCHIOR, 1994, p. 18-19). Contudo, embora haja anseios por mudanças, a avaliação quantitativa está muito presente, na sua grande maioria das escolas públicas.

2.3. Avaliação Processual

A avaliação processual verifica, em longo prazo, os conhecimentos referentes às mudanças de atitudes e comportamentos; se utiliza de pesquisas, leituras, desenvolvendo a formação do conhecimento, sendo esse crítico, analítico e investigativo.

Dentre os estudiosos sobre avaliação processual, destaca-se Luckesi(1999); Libâneo (1994) e Hoffmann (1993) com a Avaliação Mediadora.

A avaliação mediadora se destaca pelo “significado primeiro e essencial da ação avaliativa, o de se prestar muita atenção nas crianças, nos jovens [...]”. Ela considera que este processo deve ser entendido como contínuo tanto para o professor quanto para o

aluno. É importante que o professor avalie o seu próprio modo de avaliar e, junto ao aluno estabeleça critérios e aspectos que devem ser ampliados ou melhorados. Por outro lado, o estudante através da avaliação ajuda o docente a identificar esses aspectos que necessitam ser revistos no processo de construção do conhecimento e a partir daí encontrar estratégias que levem a uma nova reconstrução do aprendizado.

Analisar teoricamente as várias manifestações dos alunos em situações de aprendizagem (verbais ou escritas, outras produções), para acompanhar as hipóteses que vem formulando a respeito de determinado assunto, em diferentes áreas do conhecimento, de forma a exercer uma ação educativa que lhes favoreça a descoberta de melhores soluções ou a reformulação de hipóteses preliminarmente formuladas. Acompanhamento esse que visa o acesso gradativo do aluno a um saber competente na escola e, portanto, sua promoção a outras séries e graus de ensino (HOFFMANN, 1993, p.95).

Nessa perspectiva, Jussara Hoffmann (1993), aborda que o professor deve instigar, deve desafiar seu aluno; ressalta ainda que deve se “pegar no pé” de quem se quer avaliar, deve-se “prestar muita atenção”, pois são todos indivíduos únicos:

O significado primeiro e essencial da ação avaliativa mediadora é “prestar muita atenção” nas crianças, nos jovens, eu diria “pegar no pé” desse aluno mesmo, insistindo em conhecê-los melhor, em entender suas falas, seus argumentos, teimando em conversar com ele em todos os momentos, ouvindo todas as suas perguntas, fazendo-lhes novas e desafiadoras questões, “implicantes”, até, na busca de alternativas para uma ação educativa voltada para a autonomia moral e intelectual (HOFFMANN, 1993, p. 34).

Como Hoffmann, Libâneo (1994, p.195) também afirma que, “a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino aprendizagem”. Portanto, pode-se inferir que o avaliar vai além de aplicar provas e trabalhos, podendo-se contemplar outras possibilidades de avaliação como atividades que levem o aluno a ter uma boa expressão oral e fazer relações do conteúdo trabalhado com o seu cotidiano, visando prepara-lo para o mundo atual, podendo torna-lo crítico e autônomo.

Considerar o desempenho do aluno na construção do seu conhecimento, evolutivamente ao decorrer do tempo, não necessariamente ao final do ano letivo, é importante. Há que se pensar em maneiras para conseguir fazer esse acompanhamento.

A avaliação ela deve ser considerada um auxílio para o professor e jamais algo que meça ou quantifique o aluno; ele deve ter liberdade para expressar sua aprendizagem

sem nenhuma pressão, sempre deve ser estimulado a escrever tudo o que sabe sem pensar em notas, mas sim em seu conhecimento e sua formação cognitiva e intelectual.

Assim, podemos entender que a avaliação processual e mais justa e humana, pelo fato de analisar o aluno em sua totalidade ela não fica restrita a provas e trabalhos ela visa a formação integral do aluno nas mais variadas situações de aprendizagem e contempla todos os contextos existentes.

As avaliações também fazem com que o próprio professor reavalie a sua prática pedagógica, quando avalia está se avaliando também, e com isso pode ser que consiga atingir de melhor forma o seu aluno a atingir os conteúdos e objetivos propostos, promovendo o conhecimento de forma significativa e prática.

Luckesi (1999), também considera a avaliação como um instrumento mediador do conhecimento, incorporado no diálogo entre as partes, a prática de avaliação deve ser constante e cuidar do afetivo (amoroso), psicológico. Os aspectos afetivos influenciam no momento de avaliar, uma vez que interferem no aspecto cognitivo deixando o indivíduo sem condições momentâneas, vão ser necessários nos desafios no processo avaliativo, onde as modalidades diagnósticas, formativas e cumulativas atendam a aprendizagem, atendam a conviver e aprender a ser.

(...) a avaliação como um ato amoroso (no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então e só então, ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário (LUCKESI, 1999, p.172).

É possível perceber que, existe uma cultura de julgamento quando se trata de avaliação, visto que, é conhecido por todos a prática de utiliza-la para classificar o aluno e apenas para atribuir uma nota em caso de acerto ou de erro. Existem ainda professores que entram na sala e anunciam que é dia de prova surpresa, ocasionando um desconforto e pânico nos alunos que acreditam não estar suficientemente preparados para serem avaliados instantaneamente. Entretanto, o ato de avaliar tem um sentido para além de uma prova surpresa, ou uma ação imediata, mas um processo em que abrange aspectos integrantes como o desempenho diário, colaboração, cooperação e participação dos estudantes. Sendo assim, na visão de Luckesi (2002, p. 07), “a avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirania da prática educativa, que ameaça e submete a todos [...]”.

Na mesma perspectiva a autora Melchior (1994), sugere que a avaliação seja observada, participativa, dialógica e utilizada com um instrumento auxiliar no processo de ensino-aprendizagem; o avaliar recomenda melhoras no processo e no resultado, deve motivar novas aprendizagens e o professor na compreensão desta ação, no ato de recuperar quando necessário. “A avaliação é o elemento que perpassa todo o processo, fazendo uma interligação entre os diferentes momentos da ação pedagógica” (MELCHIOR, 1994. p.19). No entanto, ela faz uma crítica e alerta de que na escola exige-se um resultado e ainda se usa a avaliação apenas com a função de controle, ou seja, ainda prevalece na escola, a avaliação para atribuir um resultado e o aluno continua estudando, não para aprender, mas para obter uma nota.

Sandra Maria Zákia Lian Sousa (2009), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, afirma que “A mudança não é apenas técnica, mas também política”, e torce que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos, promovendo uma mudança social.

3. A avaliação como promotora da aprendizagem

É necessário perceber a avaliação como um aspecto integral no processo de ensinar e aprender, fazendo parte das tarefas que o docente desenvolve em suas aulas (QUINTANA, 2003).

Avaliação deve ter o papel de servir como instrumento de diagnóstico e reorientação do ensino, esta incorpora no cotidiano das escolas, presente em todas as fases do processo ensino-aprendizagem, podendo ser de maneira informal, mas nem por isso assistemática e não registrada: formal pode ser expressa em valores, notas, menção; Informal: pode ser em discussões, perguntas dos alunos, observação do desempenho, em exercícios e ou atividades. A avaliação deve ser continua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme o artigo 24, inciso V, letra A, LDB 9394/96.

Observa-se ainda que a própria lei já estimula uma avaliação do aluno que valorize suas atitudes e desenvolvimento intelectual tirando de foco o quantitativo. O aluno necessita sempre ser visto como um indivíduo dotado de capacidades e potencialidade, tendo mais aptidões para umas determinadas disciplinas ou áreas de conhecimento que outras.

É fundamental a utilização de métodos de diferentes códigos, como o verbal, o oral, o escrito, o gráfico, o numérico, os pictóricos, de forma a considerar as diferentes aptidões dos alunos. O professor pode avaliar por meio de instrumentos como registros em tabelas, listas de controle, anotações diárias, anedotários, análise de produções dos alunos, dentre outros. A avaliação é concebida para proporcionar o avanço do aluno no processo de construção do seu conhecimento e para que o professor repense, adapte e reconstrua o processo de ensino escolar.

Melchior (1994, p. 17) também destaca a relação dos conteúdos com o processo de avaliação:

A avaliação tem considerável importância na medida em que contribui para um aprofundamento dos aspectos mais relevantes, que serão enfocados com maior ênfase nas ações avaliativas, e, especialmente, nas discussões dos resultados apresentados pelo aluno. Além disso, favorece a integração dos conteúdos trabalhados, possibilitando a análise das diferentes partes e a interligação entre elas de forma a permitir a percepção conjunta do todo. Isso, por sua vez, favorece a aplicação do anteriormente aprendido a novas situações e permite, até mesmo, as generalizações (MELCHIOR, 1994, p. 17).

Todos os conteúdos contribuem na formação do indivíduo, não podemos separá-los, devemos compreender que estão correlacionados na construção do todo, nenhum é mais importante que o outro, todos estão interligados e principalmente a correção e análise do que se errou/ equivocou juntamente com seu aluno.

Zabala (1998, p.42-48), aborda os conteúdos em três categorias atitudinais, conceituais e procedimentais. Conteúdos conceituais referem-se ao aprender a conhecer, à construção ativa de capacidades intelectuais para operar símbolos, imagens, ideias e representações que permitam organizar como realidades.

Os conteúdos procedimentais referem-se a fazer com que os alunos construam instrumentos para analisar, por si mesmos, o resultado obtém e os processos colocam em ação para atingir como metas que se propõem.

Os conteúdos atitudinais referem-se à formação de atitudes e valores em relação à informação recebida, visando à intervenção do aluno em sua realidade, aprender a viver juntos, aprendendo a ser. Logo unir as diferentes categorias é uma tarefa mais que desafiadora, mas necessária, principalmente por parte do docente, no qual possui a responsabilidade de tornar possível uma aprendizagem pautada no desenvolvimento cognitivo do aluno.

Tais conteúdos são essenciais para o processo de avaliar, visto que, por meio desses, é possível construir estratégias para problematizar a avaliação como uma ação constante e diária na sala de aula.

No processo, deve ocorrer uma análise por parte do professor e do aluno para que estes conteúdos sejam encaminhados de acordo com os avanços de cada aluno e que sucessivamente ocorram encaminhamentos devido aos níveis do conhecimento. Como relata Hoffmann (1993, p.179), “Estudos de avaliação, portanto, desafiam-nos a trabalhar em três dimensões: análise de experiências vividas, respeito à sensibilidade do professor e aprofundamento teórico”. Assim podemos perceber a importância de considerar todos os conteúdos e interliga-los para podermos avaliar cada aluno no decorrer do processo mais amplo de ensino aprendizagem.

Segundo o PCN de Ciências (BRASIL, 1998, p.31), “coerentemente com a concepção de conteúdos e com os objetivos propostos, a avaliação deve considerar o desenvolvimento das capacidades dos estudantes com relação à aprendizagem não só de conceitos, mas também de procedimentos e de atitudes”, entende-se que ao realizar uma avaliação devem-se considerar os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais como membros que impulsionam as capacidades motoras, de equilíbrio, de autonomia, de práticas, de relações intrapessoais e sociais de nossos alunos, possibilitando um real conhecimento, ou seja, um conhecimento significativo ao estudante.

De acordo com Sant’ Anna (1995, p.27),

a avaliação só é eficiente e eficaz se ocorrer de forma interativa entre professor e aluno, ambos caminhando na mesma direção, em busca dos mesmos objetivos. Portanto, a prática de avaliação está relacionada com a concepção epistemológica de educação que cada docente possui. Como profissionais formadores, podemos avaliar de modo a influenciar na ação educativa, isto é, na conduta de cidadãos críticos e analíticos diante de uma sociedade globalizada e tecnológica.

Portanto, o processo avaliativo só é pertinente quando seu objetivo está diretamente voltado à aprendizagem dos alunos, no sentido de direcionar a ação educativa, por isso ela deve ser de comum acordo com as partes envolvidas. O foco de qualquer avaliação deve sempre considerar o que o aluno ainda não domina para que o professor possa junto a ele fazer as adaptações necessárias para ajudá-lo na construção do conhecimento. Além de contribuir no processo cognitivo dos estudantes, a avaliação

constitui-se no instrumento que define a afetividade, participação, compromisso, interesse e outras habilidades e competências desenvolvidas em sala de aula.

Assim como vem previsto na LDB (9394/96), artigo 24, inciso V letra A “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” e no PCN de Ciências (1998, p.31), “...a avaliação deve considerar o desenvolvimento das capacidades dos estudantes com relação à aprendizagem não só de conceitos, mas também de procedimentos e de atitudes”, pesando sobre toda essa pesquisa eu acredito os instrumentos de avaliação abordados pelos autores possibilitam sim a construção do conhecimento do estudante, basta haver um pouco mais de consciência por parte de todos e começar a mudar as atitudes que ocorrem dentro das escolas .

Logo a própria lei exige uma retomada de postura da classe de professores, para que levem em consideração os avanços, as atitudes do aluno no processo, mesmo entendendo que se faz necessário o uso de instrumentos que priorizam a quantidade, mas eles devem estar alinhados com os aspectos qualitativos também.

4. Considerações Finais

Sabemos que o ato de avaliar torna-se um ato de reflexão tanto pelos professores, quanto pelos alunos, para que ocorra de maneira consciente e significativa. As diversas concepções a respeito da prática avaliativa no âmbito escolar nos trazem pistas para repensarmos sobre modelos e práticas pedagógicas adotadas ao longo do processo de ensino.

A sociedade, de modo geral, tem a concepção do êxito e do fracasso quando se trata de avaliação no âmbito escolar. Inquieta o fato das avaliações estarem associadas a uma aprendizagem com memorização momentânea, isto é, privilegiando a capacidade de memorizar, categorizar ou construir uma resposta pronta, desconsiderando a reflexão do processo de aprendizagem.

Com o desenvolvimento da sociedade a avaliação quantitativa não deveria mais ter espaço na escola, pois, ela serve apenas como mais um mecanismo de exclusão que inclusão, ela não considera os aspectos humanos, qualitativos do aluno que tanto os professores lutam para desenvolver e tornar o mesmo atuante e crítico na sociedade. Portanto, são necessárias que os professores e alunos repensem suas ideias sobre avaliação.

É preciso refletir sobre o processo avaliativo como elemento indissociável dos trabalhos dos professores, as dificuldades que enfrentam dentro das escolas, como ajudar o estudante a se desenvolver dentro de suas competências e habilidades, sem que o processo pedagógico não se reduza a um treinamento para a participação nas avaliações recorrentes como é comum no modelo tradicional de ensino.

Os autores estudados são categóricos em manifestar descontentamento com a perspectiva atual da avaliação. Pois damos uma ênfase enorme ao erro e não oferecemos estratégias para o aluno superar as suas dificuldades. Assim, repensar a avaliação e desfocar o fracasso e a reprovação que presenciamos dia após dia, ano a ano vêm sendo preservado nas escolas.

Em geral quando usamos uma avaliação quantitativa não nos damos conta que na verdade quem está sendo avaliado é o professor e não o aluno, e o que é pior ainda de se conceber, o docente se orgulha do grande número de alunos que não atingiu a média para aprovação. Essa mentalidade precisa ser superada pelos professores.

É nesse contexto que a proposta de uma avaliação processual vem cada vez mais conquistando pessoas no mundo e no país, ela tende a colocar fim nos aspectos quantitativos e salientar as qualidades positivas do aluno. Mesmo que os professores saibam que não existe uma classe de alunos homogêneas ainda insistem em ensinar todos da mesma maneira e conseqüentemente avaliar de maneira igual.

É de responsabilidade do docente, estruturar o seu trabalho pedagógico no sentido de contemplar a todos, do mais ativo até aquele que apresenta muita timidez. Sua atuação necessita contemplar a pluralidade existente dentro da sala de aula respeitar às diferentes formas de aprender que cada um tem e dar ao estudante o tempo necessário para que esse processo ocorra de maneira consciente e significativa.

A avaliação processual, nos mostra que a construção do conhecimento pode ser lenta e gradativa, e que se faz necessária avaliarmos nossos alunos constantemente, de forma ampla e variada, e exigem muita atenção em todo seu processo de ensino aprendizagem, desde os primeiros dias em que conhecemos os alunos, devemos perceber e instiga-los a querer aprender, aprender a aprender, criar situações para com que coloque em prática seu conhecimento, despertar a curiosidade, promover uma aprendizagem significativa a ele.

Pensando na avaliação como meio mediador que favorece o ensino aprendizagem é compreender que a concepção da avaliação não tem um fim em si mesmo, mas que o ato de avaliar forneça a possibilidade de reconstruir os conhecimentos mutuamente é o

que se deseja com uma avaliação contínua, onde o aluno acumula os saberes e sabe tranquilamente apresentá-los quando é solicitado pelo professor que não se posiciona mais como o detentor do conhecimento e sim o mediador, oferecendo estratégias que irão possibilitar o avanço e o processo contínuo de lapidação do aluno.

A avaliação do ensino aprendizagem deve ser um instrumento que ajuda o educador a atingir os objetivos e conteúdos programados na sua ação pedagógica, sob essa perspectiva deve ser diagnóstica, mediada para servir como instrumento no qual se detecta as dificuldades e possibilidades para o desenvolvimento do aluno. A avaliação necessita de trocas, ações, reflexões e novas ações, para que ocorra o novo modo de reestruturar os conteúdos e objetivos programados, para que aconteça realmente o ensino aprendizagem do aluno.

É preciso ter nítido que cada aluno reage de forma diferenciada na construção do seu próprio conhecimento, o aluno não pode ser anônimo em seu conhecimento como costuma acontecer nas avaliações tradicionais, sendo assim é preciso diversificar as formas de avaliações, criar muitas possibilidades nas quais o aluno construa o conhecimento, utilizar atividades grupais, para que esse aluno possa contribuir com os seus colegas e possa construir o conhecimento da sua forma e ritmo.

Então podemos refletir que a avaliação interconectada à ação pedagógica deve ser contínua e constante, deve ser sucessiva e progressiva, deve mediar o ensino aprendizagem, assim como está previsto no PCN de Ciências, na LDB e com os posicionamentos dos autores citados no presente trabalho.

Assim, defende-se a avaliação processual, pois, ela serve mais para o docente analisar seu trabalho docente, para saber se ele está atingindo o aluno, por meio de diferentes situações didáticas. Em contrapartida, é necessário que o aluno se dê conta de que ele é o sujeito da aprendizagem e ele deve mais que nunca tomar a frente nos processos de auto avaliação do seu conhecimento.

E nesse sentido, o discente participa ativamente com o professor na elaboração dos instrumentos e mecanismos de avaliação, dando conta sempre de identificar, analisar e superar suas próprias deficiências.

Devemos pensar a avaliação no sentido mais amplo de envolvimento, como Luckesi (2000) propõe, criar afetos e fazer da avaliação um ato amoroso, no qual ocorra o comprometimento de professores, alunos. A escola como um todo e a sociedade, não podemos abater-se com a falta de compromisso e comprometimento de alguns, a falta de recursos, de materiais e ambientes adequados, pois, mais importante é que o aluno possa

construir seus conhecimentos, aprendizagens na sua formação humana, assim podendo exercer sua cidadania, ativa e criticamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais; terceiro e quarto ciclo do ensino de fundamental- Ciências Naturais. Brasília, DF, MEC/SEF.1998, acessado em 10/12/2016, disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>

HAYDT, R. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000.

HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LIBÂNEO, J. C. Didática. Cortez Editora: São Paulo, Coleção Magistério 2º Grau Série Formando Professor, 1994.

LDB. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96. Brasília, DF, 1996.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 9ª ed. São Paulo, Cortez, 1999. P.180.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

MELCHIOR, M. C. Avaliação Pedagógica: funções e necessidade; série nova perspectiva; Porto Alegre: mercado aberto, 152p, 1994.

QUINTANA, H. E. O portfólio como estratégia para a avaliação. In: BALLESTER, M. et al. Avaliação como apoio à aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANT'ANNA, I. M. Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e Instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SKINNER, B.F. The technology of teaching. Cambridge: B. F. Skinner Foudation. (Texto original publicado em 1968), 2009.

ZABALA, A. - A prática educativa: como ensinar Porto Alegre, Artmed, 1998.